



Tribunal de Contas

Direção-Geral

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

E-mail: geral@tcontas.pt
URL: http://www.tcontas.pt

Tel.: 21 794 51 00
Fax: 21 793 60 33
Linha Azul 21 793 60 08/9

MUNICIPIO DE VILA DO BISPO
Registo N.º <u>26057/</u>
Entrada em: <u>17 07 / 2015</u>
Registado por: <u>M. Pereira</u>

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Município de Vila do Bispo
Praça do Município
8650-407 - VILA DO BISPO

Vossa referência

Nossa referência
DECOP/UAT.2/ 3147/2015
15-7-2015

Assunto: **Processo(s) Visado(s)**
1074/2015

Tendo sido visado(s) em Sessão Diária de Visto da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, de 2015.7.10, tenho a honra de enviar a V. Ex.ª o(s) adjunto(s) processo(s) registado(s) nesta Direção-Geral sob os número(s) acima indicado(s).

São devidos emolumentos nos termos dos arts. 5.º a 7.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio, no montante referido no documento de cobrança que junto se envia.

Chama-se a atenção de V. Ex.ª de que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 7.º do referido diploma não poderão ser feitos quaisquer pagamentos por força dos atos ou contratos objeto de fiscalização prévia sem que se mostrem pagos os correspondentes emolumentos, sendo as autoridades ou funcionários que autorizem os mesmos solidariamente responsáveis pelo pagamento dos emolumentos em falta.

Informa-se que o pagamento dos emolumentos deverá ser efectuado para o NIB 0781 0112 000000001018 24, constante do Documento de Cobrança em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Auditora-Coordenadora
(por subdelegação de assinatura)

Ana Luísa Nunes

Anexo: Documento de Cobrança n.º 5208000000015010781

O Constante ficou aqui visto
no livro dos Constantes
D. 2015.7.10

 Tribunal de Contas <i>Direcção-Geral</i>	RECEITA EMOLUMENTAR	
	DOCUMENTO DE COBRANÇA	
	N.º PROCESSO FISCALIZAÇÃO PRÉVIA	DATA DE EMISSÃO
	1074/2015	15-07-2015
510935842	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PAGADORA	
	NIF	DESIGNAÇÃO
	503210560	SUMA-SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE,S.A.

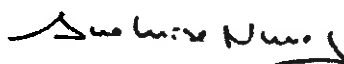
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE FISCALIZADA	
NIF	DESIGNAÇÃO
506730573	Município de Vila do Bispo

REFERÊNCIA DO DOCUMENTO
5208000000015010781
IMPORTÂNCIA A PAGAR
358,86 €
DATA LIMITE DE PAGAMENTO
Nos termos do nº 1 do artº. 7º, do RJE aprovado pelo Decreto-Lei nº 66/96, de 31 de Maio

O pagamento poderá ser efectuado por transferência bancária para o NIB 0781 0112 00000001018 24, por cheque à ordem da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, EPE ou directamente na Tesouraria da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

Certificação do pagamento

Assinatura



Ana Luísa Nunes

A Auditora-Coordenadora



Livº 12

Fls 21

MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO
CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA
URBANA DO CONCELHO DE VILA DO BISPO

-----Aos vinte e dois do mês de maio do ano de dois mil e quinze, nesta Vila do Bispo, Paços do Concelho, perante mim, Vanda Maria Correia Apolónia Santos, Técnica Superior, e Oficial Público nomeado por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 08/01/2014, compareceram como outorgantes:-----

-----**Primeiro:** ADELINO AUGUSTO DA ROCHA SOARES, casado, com domicílio necessário neste edifício, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara, com poderes para o ato e em representação deste Município, pessoa coletiva de direito público 506730573.-----

-----**Segundo:** Nuno Jorge Sêco da Costa portador do Cartão de Cidadão número 09822949 4 ZY0, com validade até 08/06/2019, natural de S. Sebastião da Pedreira, com domicílio profissional na Rua do Mar do Norte Lote 1.03.2.1 B – 1.º andar, Concelho Lisboa, que em nome e representação de SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A., com sede, Rua do Mar do Norte Lote 1.03.2.1 B – 1.º andar Concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Predial/ Comercial de Lisboa – 3.ª Secção, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 503 210 560, com o capital social de 12.500.000,00 euros, conforme certidão de registo comercial, emitida via internet, com o código de acesso 2876-7565-0504 válida até 18/11/2015, que arquivo.-----

----- **Cláusula 1.ª** -----

----- **Objeto** -----



-----O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de limpeza urbana no concelho de Vila do Bispo, conforme especificações técnicas do Caderno de Encargos.-----

----- **Cláusula 2.ª** -----

----- **Preço e Condições de Pagamento** -----

-----1 – O encargo total do presente contrato é de TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E TRÊS EUROS E DOZE CÊNTIMOS (€ 358.863,12), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----2 – O encargo mensal do presente contrato é de DEZANOVE MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SEIS EUROS E OITENTA E QUATRO CÊNTIMOS (€ 19.936,84), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----3 – Os pagamentos devidos pelo primeiro outorgante devem ser efetuados no prazo de 30 dias, contados da receção da respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.-----

-----4 – O segundo outorgante apresenta mensalmente a fatura relativa aos serviços prestados no mês em causa, devidamente acompanhada por relatório mensal da execução de serviços. -----

-----5 – O pagamento do serviço efetuado será processado após a aprovação do relatório mensal de execução de serviço, pela Subunidade Orgânica de Limpeza e Manutenção de Espaços Públicos, somente se considerará o serviço executado após o cumprimento desta formalidade.

-----6 – Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, o primeiro outorgante comunica ao segundo, por escrito, notificando os respetivos fundamentos, ficando o segundo outorgante obrigado a prestar



Liv^o 12

Fls 02

os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- 7 – Por incumprimento dos prazos de pagamento e, a pedido do segundo outorgante, vencem-se juros de mora de acordo com a legislação em vigor. -----

----- **Cláusula 3.ª** -----

----- **Período de Vigência** -----

-----1- O prazo de execução contratual é de três (3) anos.-----

-----2- A prestação do serviço objeto do presente contrato terá lugar no período de maio a outubro de cada ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação da prestação do serviço.-----

-----3- O presente contrato iniciar-se-á no primeiro dia do mês seguinte à emissão do visto do Tribunal de Contas, desde que o mesmo ocorra no período de maio a outubro, fora deste período deverá iniciar-se no dia 1 de maio do ano seguinte.-----

----- **Cláusula 4.ª** -----

----- **Obrigações Principais do Segundo Outorgante** -----

-----1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o segundo outorgante as seguintes obrigações principais:-----

-----a) Prestar o serviço em conformidade com a sua proposta e o Caderno de Encargos; -----

-----b) Cumprir com os prazos e restantes condições constantes da sua proposta e do Caderno de Encargos. -----

-----c) Cumprir com o plano de trabalhos aprovado pelo primeiro outorgante, bem como com os itinerários. -----





-----b) Assumir todos os encargos relativos ao pessoal ao seu serviço.-----

-----c) Fornecer, conservar e efetuar a manutenção de todas as viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, fardas e respectivas reservas, necessários à boa execução dos trabalhos.-----

-----d) Identificar com o respetivo logotipo todos os meios que se encontram afetos à prestação do serviço, bem como a colocar em todas as viaturas uma placa com a seguinte inscrição "Ao serviço do Município de Vila do Bispo".-----

-----e) Estabelecer no Concelho de Vila do Bispo instalações, respetivas estruturas administrativas e operacionais necessárias ao normal funcionamento dos trabalhos que integram a prestação de serviços.-----

-----f) Adotar todos os procedimentos de sinalização de pessoas, viaturas e equipamentos, de acordo com as normas de segurança em vigor.-----

-----g) Manter permanentemente atualizado, nas suas instalações, o quadro de pessoal afeto à prestação de serviço e disponibilizá-lo ao primeiro outorgante, sempre que solicitado.-----

-----h) Celebrar, e manter válidos, até à cessação do presente contrato, os contratos de cobertura de riscos previstos na cláusula 17.ª do Caderno de Encargos.-----

-----i) Garantir a afetação dos Recursos mínimos (humanos e outros), à prestação de serviço em conformidade com as especificações técnicas do Caderno de Encargos.-----

-----2 - A título acessório, o segundo outorgante, fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados e julgue convenientes, à prestação de serviços,



Livº 12

Fls 23

bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----

----- **Cláusula 5.ª** -----

----- **Patentes, Licenças e Marcas** -----

-----1 – Correm por conta do segundo outorgante, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização de materiais ou de outros elementos a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, comercial ou intelectual. -----

-----2 – Caso o primeiro outorgante venha a ser demandado por ter infringido qualquer dos direitos mencionados no n.º 1, o segundo indemnizá-lo-á de todos os custos associados que tenha de suportar. -----

----- **Cláusula 6.ª** -----

----- **Local da Prestação de Serviços** -----

-----A presente prestação de serviços consiste na realização de vários trabalhos de limpeza em todos os espaços urbanos do Município de Vila do Bispo identificadas no Anexo I ao presente contrato.-----

----- **Cláusula 7.ª** -----

----- **Resíduos** -----

-----1 – Todos os resíduos resultantes da limpeza urbana deverão ser de imediato removidos da via pública.-----

-----2 – O segundo outorgante deverá efetuar a separação dos resíduos que devam ser encaminhados para reciclagem.-----

-----3 – Os resíduos e inertes resultantes da execução dos serviços objeto do presente contrato devem ser atempadamente transportados para destino final adequado (estação de transferência ou aterro sanitário).-----




-----4 – As tarifas e taxas de gestão de resíduos são da responsabilidade do primeiro outorgante, devendo para o efeito o segundo, entregar os talões de pesagem, todos os meses na Subunidade Orgânica de Limpeza e Manutenção de Espaços Públicos.-----

Cláusula 8.ª -----

Abastecimento de Água -----

-----A água para lavagem de arruamentos, infraestruturas e equipamentos será fornecida pelo primeiro outorgante, sendo o abastecimento efetuado em local a indicar aquando do início da prestação de serviços.-----

Cláusula 9.ª -----

Características da Prestação dos Serviços -----

-----1 – A varredura da área de intervenção deverá ser manual e mecânica de acordo com a tipologia de resíduos e do local a intervencionar.-----

-----2 – A varredura inclui todas as operações necessárias à completa limpeza, recolha e transporte dos resíduos nos arruamentos alvos da intervenção, incluindo:-----

-----a) Toda a faixa de rodagem de circulação de viaturas e zonas de estacionamento;-----

-----b) Todos os passeios, separadores, bermas e faixas de circulação de peões;-----

-----c) Limpeza de praças e jardins, incluindo a limpeza das caldeiras das árvores, remoção de detritos, ervas ou outra vegetação daninha;-----

-----d) Limpeza de valetas caso existam;-----

-----e) Desobstrução de grelhas e sargetas (manutenção);-----

- f) Remoção de ervas infestantes nas zonas pedonais (manutenção);-----
- g) Limpeza e remoção de excrementos provenientes da defecação de animais;-----
- h) Esvaziamento das papeleiras e substituição do saco de plástico das mesmas;-----
- i) Limpeza de zonas onde se verifiquem atividades lúdicas, festas, festivais e outras atividades culturais.-----
- 3 – A remoção dos resíduos das papeleiras e a substituição do saco de plástico devem ser efetuadas com a periodicidade necessária ao seu normal funcionamento e nas condições ótimas de higiene e salubridade pública, sendo que a substituição do saco de plástico deve ser efetuada no mínimo de uma vez por semana.-----
- 4 – O fornecimento dos sacos de plástico será da responsabilidade do segundo outorgante.-----
- 5 – Os resíduos que se encontrem na área envolvente aos equipamentos de deposição, e apenas estes, devem ser colocados, se possível, no seu interior, de acordo com a respetiva fração, ou recolhidos durante a operação de varredura.-----
- 6 – O segundo outorgante deve substituir as papeleiras, a fornecer pelo primeiro outorgante, sempre que o seu estado não esteja de acordo com a estética e funcionalidade para o qual foram colocadas.-----
- 7- Tendo em conta as características dos arruamentos da área de intervenção, para os efeitos da varredura mecânica, o segundo outorgante deverá utilizar uma varredora de 6m3.-----

-----8 – Os equipamentos mecânicos de apoio à varredura e lavagem deverão estar permanentemente operacionais e ter um funcionamento silencioso e não poluente.-----

-----9 – A varredura manual e mecânica deverá ser executada de segunda-feira a sábado, excluindo feriados.-----

-----10 –A varredura manual deverá ser efetuada de acordo com a seguinte frequência e horário:-----

Área de Intervenção	Frequência	Horário
Vila do Bispo	Diária	07h00 às 13h30
Sagres		
Salema		
Burgau		
Budens	Trissemanal	
Barão de S. Miguel		
Raposeira		
Figueira		
Pedralva	Bissemanal	
Hortas de Tabual		
Vale de Boi		

-----11 – A varredura mecânica deverá ser efetuada de acordo com a seguinte frequência e horário:-----

Área de Intervenção	Frequência	Horário
Vila do Bispo	Trissemanal	07h00 às13h30
Sagres		
Salema		
Burgau		
Budens	Bissemanal	
Barão de S. Miguel		
Raposeira		
Figueira		
Pedralva	Semanal	
Hortas de Tabual		
Vale de Boi		

-----12 - O segundo outorgante deverá manter uma equipa de prevenção para dar resposta a situações imprevistas, num prazo de 4 horas.-----

----- Cláusula 10.ª -----

----- Limpeza de Zonas Pedonais -----

-----1 - A limpeza de ervas das zonas pedonais deverá ser efetuada de acordo com a seguinte frequência e horário:-----

Área de Intervenção	Frequência		Horário
	Limpeza Profunda	Limpeza de Manutenção	
Todos os arruamentos inseridos nos espaços urbanos assinalados no ANEXO I	Mai e Outubro	Sempre que necessário	07h00 às 13h30

-----2 - A remoção/limpeza de vegetação das zonas pedonais será efetuada através de herbicidas e/ou meios mecânicos sem molestar aquelas que têm uma função decorativa.-----

-----3 - Após o corte da vegetação, deverão ser aplicadas substâncias químicas, em combinação e dosagens criteriosamente adequadas às características de solo, efeito desejado, época do ano, condições climatéricas ou meio ambiente.-----

-----4 - Não será permitida a utilização de herbicidas de ação residual, correndo por conta do segundo outorgante os danos resultantes da aplicação e uso destes produtos.-----

-----5 - Para efeitos do presente artigo considera-se zona pedonal todo o espaço de domínio público ou faixa de 2,0 metros nos casos em que o passeio não esteja pavimentado.-----

----- **Cláusula 11.ª** -----

----- **Limpeza de Bermas e Valetas** -----


-----1 – A limpeza de bermas e valetas consiste no corte de vegetação, sem efeito decorativo, e na remoção de resíduos (nomeadamente, papéis, garrafas), por forma a melhorar a drenagem das águas.-----

-----2 – Os materiais removidos devem ser transportados para lugar adequado, no final de cada dia de trabalho.-----

-----3 – Após a limpeza deverão ser aplicados, com os meios mecânicos adequados, produtos inibidores e reguladores do crescimento e germinação, herbicidas diversos e outros, em dosagens adequadas ao tipo de vegetação, características do solo, efeito desejado, época do ano, condições climáticas ou meio ambiente.-----

----- 4 – A limpeza de bermas e valetas será efetuada com a frequência e no horário indicado no quadro seguinte:-----

Área de Intervenção	Frequência		Horário
	Limpeza Profunda	Limpeza Manutenção	
Todos os arruamentos inseridos nos espaços urbanos assinalados no ANEXO I	Malo e Outubro	Sempre que necessário	07h00 às 13h30

----- **Cláusula 12.ª** -----

----- **Lavagem de Arruamentos** -----

-----1 – A intervenção de lavagem nos arruamentos inclui a lavagem das faixas de rodagem de circulação de veículos e zonas pedonais de acordo com o assinalado no anexo II, ao presente contrato.-----



Livº 12

Fls 26

-----2 – A lavagem pode ser manual, mecânica ou mista, de acordo com a tipologia do local a intervencionar.-----

-----3 – Para executar esta tarefa o segundo outorgante deverá utilizar viaturas e produtos químicos adequados.-----

-----4 – Todas as operações de lavagem devem ser devidamente sinalizadas, por forma a não constituírem qualquer perigo.-----

-----5 – Sempre que detete, ou seja comunicado o derramamento de líquidos na via pública, que ponham em perigo a circulação rodoviária, o segundo outorgante deverá proceder à sua cobertura com materiais apropriados e, posteriormente á lavagem das zonas afetadas.-----

-----6 – A lavagem de arruamentos será efetuada com a seguinte frequência e horário:-----

Área de Intervenção	Frequência	Horário
	Junho a Setembro	
Todos os arruamentos assinalados no ANEXOII	Semanal	07h00 às 13h30

----- **Cláusula 13.ª** -----

----- **Lavagem de Papeleiras** -----

----- 1 – A lavagem interior e exterior das papeleiras existentes na área de intervenção deverá ser efetuada utilizando água, desengordurantes e desinfetantes e os meios mecânicos adequados.-----

----- 2 – A periodicidade de lavagem deverá ser mensal ou sempre que se verifique necessário.-----

----- **Cláusula 14.ª** -----

----- **Limpeza de Grelhas e Sarjetas** -----



-----1 – A limpeza de grelhas e sarjetas inclui todas as operações necessárias à desobstrução permanente de sarjetas, bocas de lobo, grelhas e outros elementos de drenagem de águas pluviais.-----

-----2 – A limpeza de grelhas e sarjetas deverá contemplar intervenções de manutenção e intervenções profundas na época que antecede as chuvas, podendo haver a necessidade de intervir de imediato e continuamente, na época das chuvas, para prevenir situações de inundação, provocadas por estas.-----

----- 3 – A limpeza de grelhas e sarjetas será efetuada com a seguinte frequência e horário:-----

Tipo de Intervenção	Frequência		Horário
	Limpeza Profunda	Limpeza de Manutenção	
Toda a área assinalado no ANEXO I	Maio e Setembro	Sempre que necessário	07h00 às 13h30

----- **Cláusula 15.ª** -----

----- **Remoção Monstros e Outros** -----

----- 1 – É da responsabilidade do segundo outorgante:-----

-----a) A recolha de monstros, de resíduos sólidos de grandes dimensões ou quaisquer outros resíduos sólidos depositados junto dos equipamentos de deposição (ecopontos / vidrões isolados, contentores de superfície, contentores enterrados, papeleiras ou outros existentes) ou em qualquer espaço público dentro da área de intervenção definida no Anexo I.-----

-----b) Recolha de resíduos de construção e demolição, vulgo entulhos, até 1m3 colocados junto dos equipamentos de deposição de resíduos (RSU e Ecopontos) ou noutros espaços da via pública.-----

Liv° 12Fls 22

-----2 - Os resíduos recolhidos deverão ser obrigatoriamente transportados para o Aterro Sanitário.-----

-----3 - Esta recolha pode ser efetuada por solicitação dos munícipes, através de contacto telefónico com o primeiro outorgante, que encarregar-se-á de a comunicar ao segundo.-----

-----4 - Para os devidos efeitos a recolha da via pública deverá ser efetuada no prazo de 24 horas.-----

-----5 - A recolha de monstros e outros resíduos será efetuada com a seguinte frequência e horário:-----

Área de Intervenção	Frequência	Horário
Vila do Bispo	Trissemanal	07h00 às 13h30
Sagres		
Salema		
Burgau		
Budens	Bissemanal	
Barão de S. Miguel		
Raposeira		
Figueira		
Pedralva		
Hortas de Tabual		
Vale de Boi		

-----6 - Todos os serviços efetuados pelo segundo outorgante por solicitação exterior à Subunidade Orgânica de Limpeza e Manutenção de Espaços Públicos deverão ser comunicados por escrito a esta.-----

-----7 - Para além do disposto no ponto anterior, o adjudicatário deverá proceder à remoção de monstros e outros resíduos dentro da área de intervenção sempre que detete a existência de deposições indevidas na via pública.-----

----- **Cláusula 16.ª** -----

----- **Lavagem de Equipamentos de Deposição de Resíduos** -----

----- 1 – A intervenção deverá contemplar a totalidade dos contentores de deposição indiferenciada, de uso coletivo no concelho, num total de 520 equipamentos.-----

-----2 – Os produtos utilizados na lavagem e desinfeção dos equipamentos têm de ser biodegradáveis e são da responsabilidade do segundo outorgante.-----

-----3 – A lavagem dos equipamentos será efetuada com a seguinte frequência e horário:-----

Área de Intervenção	Frequência	Horário
Todo o Concelho	Julho e Agosto	04h00 às 10h30

-----4 – O primeiro outorgante reserva-se no direito de alterar a calendarização e metodologia propostos pelo segundo outorgante em situações que se verifique que os resultados apresentados não são os desejados e/ou pretendidos.-----

----- **Cláusula 17.ª** -----

----- **Alteração ao Plano de Trabalhos** -----

-----O segundo outorgante pode, em qualquer momento, propor modificações ao Plano de Trabalhos, devendo esta alteração e o novo plano serem aprovados pela Subunidade Orgânica de Limpeza e Manutenção de Espaços Públicos.-----

----- **Cláusula 18.ª** -----

----- **Relatórios** -----

-----O segundo outorgante deverá apresentar os relatórios abaixo indicados durante o tempo em que decorrer a prestação de serviços.--

Livº 12Fls 28

-----a) Relatórios diários, remetidos por correio eletrônico onde constem os trabalhos previstos não efetuados e respectivos motivos, por zona de intervenção e previsão para a sua realização, outras anomalias, por zona de intervenção e resposta a reclamações remetidas pelo primeiro outorgante.-----

----- b) Relatórios mensais, entregues até ao dia 8 de cada mês, por correio eletrônico, com o resumo do trabalho desenvolvido, por zona de intervenção, durante o mês anterior, indicando o pessoal, viaturas, ferramentas e equipamentos utilizados, relação de paleiras danificadas, reparadas, substituídas e a sua localização, relação dos serviços de desobstrução de bocas de lobo, sarjetas, grelhas e outros elementos de drenagem de águas pluviais, relação dos arruamentos lavados, relação de paleiras lavadas, anomalias ocorridas e seus motivos.-----

----- c) Relatórios anuais, entregues até ao dia 30 de Janeiro, por correio eletrônico e em papel, o relatório das atividades desenvolvidas, por zona de intervenção, durante o ano anterior, indicando o resumo das informações pedidas e pagamentos efetuados pelo primeiro outorgante.-

----- **Cláusula 19.ª** -----

----- **Fiscalização** -----

----- 1 – Compete ao primeiro outorgante o controlo e fiscalização dos trabalhos inerentes à prestação de serviços. O pessoal com funções de fiscalização dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções, a todas as infraestruturas e equipamentos afetos à prestação de serviços e a todas as instalações do segundo outorgante.-----

----- 2 – O primeiro outorgante notificará o segundo da identidade dos representantes que designe para a fiscalização local dos trabalhos.-----





----- 3 - A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.-----



----- 4 - O primeiro outorgante poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.-----

----- 5 - Quando o segundo outorgante por sua iniciativa e sem que tal se encontre previsto neste contrato, ou no Caderno de Encargos ou resulte de força maior, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, poderá o primeiro outorgante exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custo das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.-----

----- **Cláusula 20.ª** -----

----- **Objeto do Dever de Sigilo** -----

-----1- O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro outorgante de que possa ter conhecimento com a execução do contrato.-----

-----2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----

-----3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo segundo outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-



Liv° 12

Fls 29

-----4 - O segundo outorgante responde perante o primeiro pela violação do dever de sigilo e pela confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente cláusula.-----

----- **Cláusula 21.ª** -----

----- **Prazo do Dever de Sigilo** -----

-----O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.-----

----- **Cláusula 22.ª** -----

----- **Revisão de Preços** -----

----- Não haverá lugar a revisão de preços para a prestação dos serviços a que se refere o presente contrato, nem será efetuada no início de cada ano a aplicação do Índice de Preços do Consumidor. -----

----- **Cláusula 23.ª** -----

----- **Infrações e Sanções Pecuniárias** -----

-----1 - O não cumprimento dos trabalhos pelo segundo outorgante, por motivo que lhe seja imputável, deverá por ele ser resolvido num prazo máximo de 8 horas.-----

-----2 - Sempre que esteja posta em causa a salubridade pública, a segurança ou prejuízos à circulação de veículos e peões e independentemente dos prazos fixados, os trabalhos deverão ser executados imediatamente.-----

-----3 - O incumprimento das condições contratuais ou das condições técnicas previstas no Caderno de Encargos e no Programa de procedimento dará lugar à aplicação de sanções pecuniárias.-----





-----4 – Para efeitos do número anterior as infrações cometidas pelo Adjudicatário qualificam-se em leves, graves e muito graves.-----



-----5 – Serão consideradas faltas leves, as faltas relacionadas com deficiências, falta de higiene, limpeza e imagem das estruturas e/ou equipamentos, ou outras não abrangidas por disposições legais, mas que o primeiro outorgante entenda como lesivas da imagem e da qualidade do serviço prestado.-----

-----6 – Serão consideradas faltas graves as seguintes:-----

-----a) Faltas leves sancionadas mais que três vezes durante o mesmo ano;-----

-----b) Todas as paralisações de funcionamento das tarefas previstas no Caderno de Encargos, exceto as que tiverem origem em operações de manutenção devidamente planeadas ou que, de um modo geral, resultantes de negligência do adjudicatário;-----

-----c) O incumprimento das frequências dos serviços mínimos a prestar, desde que o Adjudicatário não tenha comunicado ao Município de Vila do Bispo, por escrito, a ocorrência de uma situação anormal;-----

-----d) Todas aquelas que impliquem o incumprimento das cláusulas contratuais e que não sejam consideradas como muito graves, mas que pela sua natureza não sejam faltas leves.-----

-----7 – Serão consideradas faltas muito graves as seguintes:-----

-----a) A reiteração de mais de duas faltas graves durante um mês ou mais de três durante o mesmo ano;-----

-----b) O abandono do serviço por mais de 48 horas, salvo caso de força maior, devidamente fundamentado.-----

-----8 – As faltas cometidas pelo segundo outorgante serão sancionadas da seguinte forma:-----



Liv° 12

Fls 30

-----a) As faltas leves sancionar-se-ão através de reclamação escrita, por parte do primeiro outorgante, podendo aplicar multas até ao valor de três salários mínimos nacionais;-----

-----b) As faltas graves sancionar-se-ão através de reclamação escrita, por parte do primeiro outorgante, podendo impor-se multas até ao valor de cinco salários mínimos nacionais;-----

-----c) As faltas muito graves sancionar-se-ão através de reclamação escrita, por parte do primeiro outorgante, podendo impor-se multas com valor entre dez e vinte salários mínimos nacionais, em vigor para o ano contratual em causa;-----

----- d) Caso se verifique a falta indicada na alínea b) do número anterior, ou acumulação de duas faltas muito graves, o segundo outorgante perderá a caução, ficando obrigado a constituir nova caução de igual valor, podendo o primeiro outorgante rescindir o contrato por deliberação fundamentada.-----

-----9 – Todas as multas aplicadas ao Adjudicatário serão descontadas no pagamento da fatura em que se tenha verificado a ocorrência do facto, ou no mês em que seja decidido pelo primeiro outorgante a sua aplicação.-

-----10 – A multa aplicada é comunicada por escrito ao segundo outorgante.-----

----- Cláusula 24.ª -----

----- Casos Fortuitos ou Força Maior -----

-----1 – Não podem ser impostas penalidades ao segundo outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada,





que ela não pudesse conhecer ou prever e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.-----

Nob
con
-----2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

-----3 – Não constituem força maior, o constante no n.º 3 da cláusula 12.ª do Caderno de Encargos.-----

-----4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.--

-----5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

----- **Cláusula 25.ª** -----

----- **Resolução Contratual Pelo Primeiro Outorgante** -----

-----Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o primeiro outorgante pode resolver o contrato quando se verifique alguma das previsões estabelecidas na cláusula 13.ª do Caderno de Encargos.-----

----- **Cláusula 26.ª** -----

----- **Resolução Contratual Pelo Segundo Outorgante** -----

-----Sem prejuízo de outros fundamentos o segundo outorgante pode resolver o contrato nos termos da cláusula 14.ª do Caderno de Encargos.-

----- **Cláusula 27.ª** -----

----- **Cessão da Posição Contratual** -----

Livº 12Fls 31

-----A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, e opera nos termos do estabelecido na cláusula 16.ª do Caderno de Encargos nos termos do Código dos Contratos Públicos.



----- Cláusula 28.ª -----

----- Subcontratação -----

-----1 – A responsabilidade pela correta prestação de todos os serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do segundo outorgante. Não será reconhecido pelo primeiro outorgante a existência de quaisquer subcontratados que trabalhem por conta ou em combinação com o segundo outorgante.-----

-----2 – Caso o primeiro outorgante, por razões de natureza excecional, necessite de realizar parcialmente serviços por subcontratação, requererá previamente a competente autorização ao primeiro outorgante, indicando o subcontratado que pretende recorrer, fazendo acompanhar tal solicitação de elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade técnica e financeira dos subcontratados que propõe.-----

-----3 – O primeiro outorgante reserva-se no direito de aceitar ou não, a utilização do subcontratado proposto segundo o estipulado no ponto anterior sem ter de justificar tal decisão, a aceitação de subcontratado pelo primeiro outorgante, não diminui a responsabilidade do segundo outorgante tal como se encontra definida no presente contrato.-----

-----4 – O requerimento a que se refere o ponto 2 deverá ser acompanhado, por uma declaração emitida pelo subcontratado, que declara estar perfeitamente integrado da parte dos trabalhos a realizar e de tudo o estipulado neste contrato e das cláusulas do Caderno de Encargos.-

-----5 – O primeiro outorgante reserva-se no direito de ordenar a substituição de qualquer subcontratado quando entender que não existem


garantias de boa execução técnica dos serviços que lhe foram cometidos ou ainda no caso de por si ou pelos seus agentes resulte comportamento que comprometa a boa condução dos trabalhos.-----



-----6 – O primeiro outorgante reserva-se no direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao subcontratado, qualquer elemento do seu pessoal que haja desrespeitado os agentes do primeiro outorgante, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes ou que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres.-----

-----7 – Em tudo o que não esteja previsto no presente artigo em matéria de subcontratação serão subsidiariamente aplicáveis as disposições legais previstas no Código da Contratação Pública.-----

----- **Cláusula 29.ª** -----

----- **Caução** -----

-----1 – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante presta a garantia bancária N/NR 14244, no valor de dezassete mil novecentos e quarenta e três euros e quinze cêntimos (€ 17.943,15), emitida por BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., em treze de maio de dois mil e quinze, correspondente a 5% do montante total da prestação de serviços, com exclusão do IVA.-----

----- 2 – A caução mencionada no n.º 1, destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento do contrato e das obrigações legais e pode ser executada pelo primeiro outorgante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo segundo outorgante das obrigações contratuais legais, incluindo o pagamento de penalidades.-----

Livº 12Fls 32**Cláusula 30.ª****Foro Competente**

-----Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato, é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 31.ª**Comunicações e Notificações**

-----1- Sem prejuízo de os outorgantes acordarem outras regras quanto às notificações e comunicações, estas devem ser dirigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no presente contrato.-----

-----2- Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada com a maior brevidade possível à outra parte.-----

Cláusula 32.ª**Disposições Finais**

-----1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

-----2 – A decisão de escolha do procedimento de **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20 e dos artigos 131.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada em reunião de Câmara de 13/01/2015.-----

-----3 – O objeto do presente contrato foi adjudicado em reunião de Câmara de 24/03/2015.-----

-----4 – A minuta do presente contrato foi aprovada em reunião de Câmara de 22/05/2015.-----






-----5 - O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Bispo e será satisfeito pela seguinte dotação orçamental, em vigor, na qual têm cabimento e fica cativo: classificação orgânica – capítulo: 02 classificação económica – capítulo: 02; grupo: 02; artigo: 20, e comprometido com o número sequencial 16924.-----

-----6 - Tendo em atenção que o presente contrato dará lugar a encargo orçamental em mais que um ano económico, está o mesmo previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Município de Vila do Bispo.-----

-----7 - Os prazos previstos no presente contrato são contínuos, correndo em Sábados, Domingos e Feriados.-----

-----8 - Em tudo mais que não conste das cláusulas contratuais atrás referidas, e tudo o que seja omissa no Caderno de Encargo e Proposta, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação vigente e demais legislação aplicável.-----

-----9 - Ao presente contrato foi demonstrado o cumprimento e aplicação da redução remuneratória imposta pelo art.º 2.º do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro.-----

-----Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

-----Depois do segundo outorgante ter feito prova por certidão de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e contribuições para a Segurança Social, bem como apresentado Registo Criminal dos gerentes da sociedade, o contrato vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

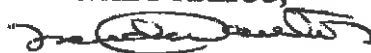
O PRIMEIRO OUTORGANTE,



O SEGUNDO OUTORGANTE,

Nuno Jorge São de Castele

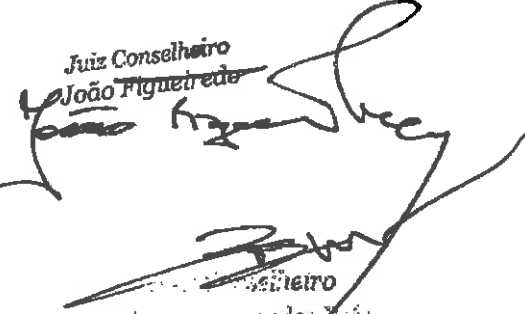
O OFICIAL PÚBLICO,

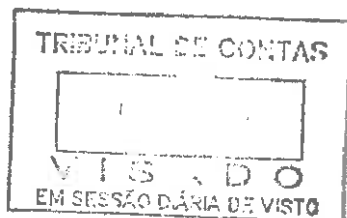


Nos termos dos artigos 97.º e 99.º da Lei n.º 3-B/2010 de 28/04, foi revogado o Imposto de Selo dos Escritos dos Contratos.

TRIBUNAL DE CONTAS
Direção-Geral
Departamento de Controlo Prévio
Proc. n.º 1874/2015
Criado em 2015/8/28

2015 001074 000327

Juiz Conselheiro
João Figueiredo

Juiz Conselheiro
L. João Figueiredo





Vila do
Bispo

ANEXO I

Delimitações de Áreas Urbanas

Sagres

Vila do Bispo

Pedraiva

Raposeira

Hortas de Tabual

Figueira

Salema

Budens

Vale de Boi

Burgau

Barão de S. Miguel

Handwritten marks: "NBB" and a circled "200" above a large handwritten "C" with a diagonal line through it.

Font: DOT; CAMEL

ÁREAS URBANAS

Carta N°:

8

Date:

06/18/2014

1:15.000

400
00

E

Presidente do Brasil: Michel de Eusebio Loui, Carlos Lacerda



**Câmara Municipal
de Vila do Bispo**

Systeme der Konformitätsgewährung

Decrease the Internal

© 2003 Intel Corp.

Perforated: 201 410 000 37 PM



A Câmara Municipal de Vila do Espírito não se responsabiliza pela validação da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vetorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.

Não podendo, em qualquer circunstância, ser imputados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.



ÁREAS URBANAS

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Fonte: DGT; CNVR.

ÁREAS URBANAS

Carta N.º	01	Data:	05/10/2014	
1:10.000		0	200	400
m		Propriedade do Estado, Serviço de Informação e Cadastro		
N		A		
Câmara Municipal de Vila do Bispo				
Divisão de Obras Particulares e Planeamento				
Sistema de Informação Geográfica				
Documentação (Informação)				
Versão 0.01				
Referência: 2014/10/05/2014				

-A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela validade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
-Não podendo, em qualquer circunstância, ser utilizados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.

134000 135000 136000 137000 138000



- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela veracidade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vetorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
- Não podendo, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.

ÁREAS URBANAS

En Costa

[Signature]

Fonte: DGT; CNRVA.

ÁREAS URBANAS

Carta nº: 11

Data:

06/10/2014

1:10.000

0 200 400 m

Carta de Escala: 1:10.000

N



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Matrícula de Informação Geográfica

Documento Interno

Interno

Referência: 2014/000274



ÁREAS URBANAS

NBB

[Handwritten signature]

Fórmula: DGT; CMV/B.

ÁREAS URBANAS

Carta Nº: 05

Data: 06/10/2014

1:10.000

0 200 400 m

Propriedade de: Sítio, Rio, e/ou Interseção, Bacia Hidrográfica.

N



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planejamento

Sistema de Informação Geográfica

Documento Interno

Índice: 000

Revisão: 2014/000027M

- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela validade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
- Não podendo, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem a expressa autorização superior.

134000

134000

134000

134000

134000



12100

11000

11000

11000

10000

10000

ÁREAS URBANAS

Fonte: DGT, CUBA.

ÁREAS URBANAS

Carta nº

14

Data:

08/10/2014

1:10.000

Projeção de Base: UTM/Proj.4326 - Datum: S. 1964

N

Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

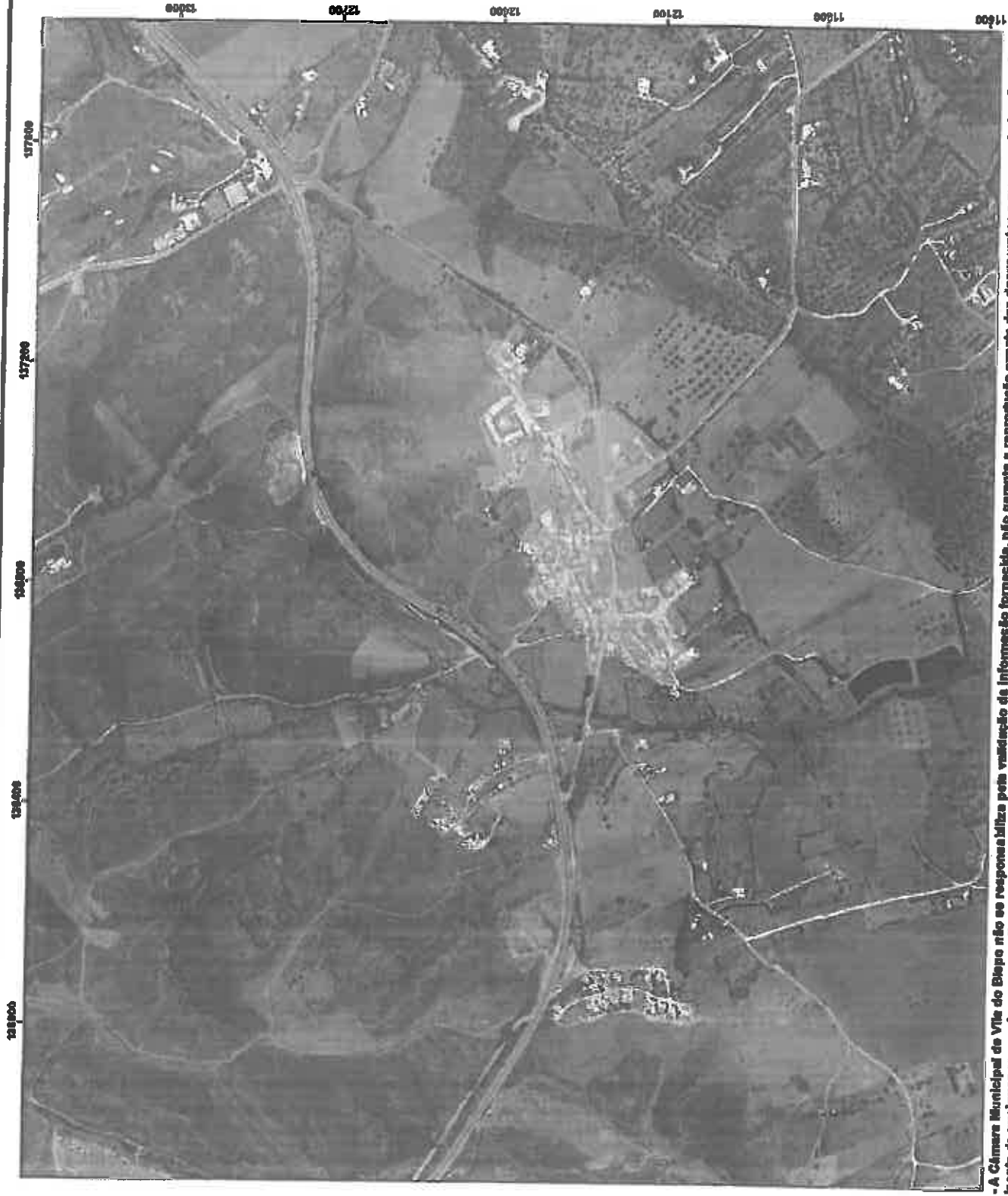
Documento nº 2014/0000

Folha 01/01

Referência: 2014/0000-01

- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela validação da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.

- Não poderão, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.



ÁREAS URBANAS

Handwritten signature and initials

Fonte: DGT, CNAE

ÁREAS URBANAS

Carta Nº: 07

Data: 02/10/2014

1:10.000

0 200 400 m

Projeção de UTM, Datum de Referência: Datum de Lisboa

N



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Documento Interno

17/06/14

Revisão: 2014/06/25/14

- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela validação da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
- Não poderá, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.

137000 136000 135000 134000 133000 132000



ÁREAS URBANAS	
Fonte: DGT; CNV/E.	
ÁREAS URBANAS	
Carta N°: 06	Data: 06/10/2014
1:10.000	
0 200 400 m	
Projecção de Gauss, Spheróide Internacional, Datum Lisboa.	
	
	
Câmara Municipal de Vila do Bispo	
Divisão de Obras Públicas e Planeamento	
Sistema de Informação Geográfica	
Documento Interno	
Data: 06/10/2014	

-A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela verificação da informação fornecida, não garante a reprodução exacta dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.

-Não podendo, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.

ÁREAS URBANAS

NBB

[Handwritten signature]

Foto: DGT, CNVR

ÁREAS URBANAS

Carta Nº: 03

Data: 09/10/2014

1:10.000

0 200 400 m

Propriedade de Alameda, Alameda de Encarnação, Alameda de

N



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Documento Interno

Item 015

Referência: 2014/0002194



- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela veracidade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
- Não podendo, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.

133000 134000 135000 140000 145000



- A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela validade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
- Não podendo, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem a expressa autorização superior.

ÁREAS URBANAS

Handwritten signatures and initials.

Fonte: DGT, CNIB.

ÁREAS URBANAS

Carta Nº: 00

Data:

08/10/2014

1:10.000



Projeto de Urbanização do Município de Vila do Bispo



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Documentos (plano)

Inte 310

Referência: 2014/0002/2014



ÁREAS URBANAS

Handwritten signatures and initials.

Fonte: DGT, CNVR.

ÁREAS URBANAS

Carta Nº: 06
Data: 09/10/2014

1:10.000

0 200 400 m
Projeto de Urbanização, Plano de Urbanização, Plano de Urbanização



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Desenvolvido por
Imagem

Revisão: 2014/10/09/2014

-A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela veracidade da informação fornecida, não garante a reprodução exata das documentações e que a vectorização seja feita de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispense a consulta da informação original.
-Não poderá, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.



ÁREAS URBANAS

Handwritten signatures and initials: "Nob", "Pm", and a large stylized signature.

Fonte: DGT, CNVR.

ÁREAS URBANAS

Carta N.º

04

Data

08/10/2014

1:10.000

0 200 400 m

N



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Extensão de Informação Geográfica

Documento Interno

Item 830

Referência: 201410000278

-A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela verificação da informação fornecida, não garante a reprodução exacta dos documentos e que a vectorização seja isenta de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.
-Não podendo, em qualquer circunstância, ser facultados estes dados a terceiros, sem expressa autorização superior.



Vila do
Bispo

ANEXO II

Lavagem mecânica de arruamentos

Sagres

Vila do Bispo



-A Câmara Municipal de Vila do Blasto não se responsabiliza pela veracidade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a verificação seja feita de qualquer erro, pelo que a sua disponibilização, não dispensa a consulta da informação original.

-Não poderá, em qualquer circunstância, ser responsabilizada a Câmara Municipal de Vila do Blasto, sem expressa autorização do órgão.

Zonas de Intervenção		 	
Fórmula DDT: CMVRS: Lavagem Mecânica de Arruamentos - Sagres -			
Carta Nº: 02	Data: 09/10/2014		
1:10.000			
			
Câmara Municipal de Vila do Blasto			
Divisão de Obras Particulares e Pavingamento			
Sistema de Informação Geográfica			
Documento Interno			
Número: 0011171140			



-A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela verificação de informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a reprodução seja livre de qualquer erro, pelo que a sua reprodução, não dispensa a consulta da informação original.
 -Não poderão, em qualquer circunstância, ser fornecidos outros dados e factos, sem expressa autorização superior.

Zonas de Intervenção

Handwritten signatures and initials:
 N.B.
 [Signature]
 [Signature]

Zona DOT, CIVIL:

Lavagem Mecânica de Arruamentos - Vila do Bispo -

Carta Nº: 01 Data: 08/10/2014

1:3.500



Propriedade de: Câmara Municipal de Vila do Bispo



Câmara Municipal de Vila do Bispo

Divisão de Obras Públicas e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Documentos Internos

Revisão: 01/10/2014



Vila do
Bispo

 Nêk

ANEXO III

Limpezas Urbanas em Ocasões Extraordinárias

Sagres

Salema

Burgau



— Zonas de Intervenção

[Handwritten signature]

Fonte: DGT, CNVD;

Limpezas em ocasiões extraordinárias - Sagres -

Carta Nº: 03 Data: 08/10/2014

1:5.000
0 100 200 m
Projeção de Base: WGS84; Datum: WGS84; Escala: 1:5.000



**Câmara Municipal
de Vila do Bispo**

Divisão de Obras Públicas e Planeamento

**Sistema de Informação Geográfica
Desenho Interno
Imagem**

Indicador: 2014/01/01/2014

“A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela utilização da informação fornecida, não garante e se pronuncia apenas sobre a veracidade e a atualidade dos dados e informações que a mesma fornece, não podendo, em qualquer circunstância, ser acionada por danos materiais ou morais decorrentes do uso da mesma. Não podendo, em qualquer circunstância, ser acionada por danos materiais ou morais decorrentes do uso da mesma.”



-A Câmara Municipal de Vila de São Paulo não se responsabiliza pela veracidade da informação fornecida, não garante a reprodução exata dos documentos e que a vectorização seja feita de qualquer erro, pelo que a sua reprodução, não deve ser usada para fins de reprodução original.
 -Não poderá, em qualquer circunstância, ser feita a reprodução dos dados a serem, com expressa autorização separada.

— Zonas de intervenção

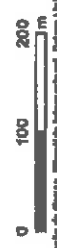
Handwritten signatures and initials:
 N. S. (top)
 S. S. (middle)
 S. S. (bottom)

Foto: DGT, CIVE:

Limpezas em ocasiões extraordinárias - Salema -

Carta Nº: 02 Data: 08/10/2014

1:5.000



Projeção de Gauss, Escala Horizontal, Datum Lisboa.



Câmara Municipal
de Vila do Bispo

Divisão de Obras Públicas e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Documento Interno
Interno

Referência: 01/10/190002

— Zonas de Intervenção

NBB


Fonte: DGOT, catv6;

Limpezas em ocasiões extraordinárias - Burgau -

Carta Nº: 01

Data: 02/10/2014

1:5.000

0 100 200
 m

Propriedade de M.ª. Elzabete Intervenção: D.ª. Maria Lúcia



**Câmara Municipal
 de Vila do Bispo**

Divisão de Obras Particulares e Planeamento

Sistema de Informação Geográfica

Documento Interno

Int.0102

Revisão 01/11/2014



-A Câmara Municipal de Vila do Bispo não se responsabiliza pela utilização da informação fornecida, nem garante a reprodução exata dos documentos e que a verificação seja feita no qualquer erro, pelo que a sua utilização, não deve ser feita a título de informação original.

-Não poderá, em qualquer circunstância, ser feita cópia ou reprodução, sem a prévia autorização superior.

